

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE
FREGUESIA DE ARGANIL**

----- Aos vinte e seis dias de junho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, reuniu na sede da autarquia local Freguesia de Arganil, sita à avenida José Augusto de Carvalho, número oito B, primeiro andar, Arganil, a Assembleia de Freguesia de Arganil, conforme teor da respetiva convocatória, tendo estado presentes os seus membros Carlos Alberto Ventura Fernandes, na qualidade de presidente da mesa da assembleia, Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, na qualidade de primeiro secretário da mesa da assembleia, Dora Marisa Lopes Pinheiro, na qualidade de segunda secretária da mesa da assembleia, Bruno Miguel Fernandes dos Santos, José Manuel Paiva Marques, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino e Sandra Maria da Costa Brandão Lopes, na qualidade de membros da assembleia de freguesia de Arganil. Presentes estiveram também, nos termos do disposto nos números um e três do artigo décimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação dada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, João António Travassos Nunes, Lucília Joaquina de Mateus Ferreira Rebelo e Pedro Alexandre Pinto Alves, presidente da Junta de Freguesia e vogais, respetivamente, os dois últimos desde as vinte e uma horas e quarenta minutos. Verificaram-se as ausências dos membros da assembleia Cláudia Sofia Alves Fernandes e Artur Carlos Travassos Dinis, tendo o presidente da mesa informado que estes lhe tinham transmitido que chegariam com algum atraso devido a causas de índole particular. -----

----- Verificada a existência de quórum, o presidente da mesa deu por iniciada a sessão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- *“Período Antes da Ordem do Dia -----*

----- *1. Assuntos de Interesse para a Freguesia. -----*

----- *Ordem do Dia -----*

----- *1. Apresentação e votação da Ata da sessão realizada a 30 de Abril de 2015;-----*

----- *2. Informação do Presidente da Junta de Freguesia da atividade mais relevante bem como da situação financeira desta Junta de Freguesia, no período que mediou entre esta e a anterior assembleia ordinária.”-----*

----- De imediato o presidente da assembleia deu por iniciado o tratamento do ponto número um do período antes da ordem do dia da respetiva ordem de trabalhos, tendo informado a assembleia que, conforme era visível, estavam presentes quatro elementos da “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil”, adiante designada por “CPCJ”, com o objetivo de transmitir ao órgão da freguesia a respetiva existência e, em traços gerais, as competências, objetivos, formas de ação e outros aspetos considerados essenciais. O presidente da mesa propôs que a palavra fosse dada aos elementos da comissão, tendo todos os membros concordado. -----

----- Cerca das vinte e uma horas e cinquenta minutos verificaram-se as presenças dos membros Cláudia Sofia Alves Fernandes e Artur Carlos Travassos Dinis que de imediato integraram a assembleia. -----

----- Ana Rita Gonçalves passou a usar a palavra, na qualidade de secretária da “CPCJ” e representante da assembleia municipal de Arganil na comissão. Apresentou os restantes elementos presentes: Maria do Carmo Jorge, socióloga do Município de Arganil, Rui Reis, representante da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, Cristina Contente, elemento cooptado do Centro de Saúde de Arganil e Nídia Mateus, representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Arganil. Referiu que o

campo de ação insere-se na área territorial da freguesia de Arganil e de outras três do concelho. Entregou documentação informativa e promocional aos membros dos órgãos executivo e deliberativo da freguesia de Arganil. Focou a aproximação de ação de formação/sensibilização designada “*Deteção e Intervenção nos Maus Tratos/Abuso Infantil*” a decorrer a oito de julho do corrente ano, no auditório da biblioteca municipal Miguel Torga, a partir das nove horas e trinta minutos, cuja participação está sujeita a inscrição prévia a apresentar até seis de julho. Informou que a comissão funciona no edifício municipal designado por “Centro de Atividades Juvenis”, onde em tempos funcionou o matadouro municipal, sendo várias as formas possíveis de contacto: correio eletrónico, via postal, contacto pessoal, através dos serviços da Guarda Nacional Republicana e linha telefónica número cento e quarenta e quatro -----

----- Seguidamente Rui Reis agradeceu a receptividade demonstrada pela assembleia de freguesia tendo, de forma sucinta, passado e explanar a missão e objetivos da comissão, dando ênfase às áreas da prevenção e de atuação, fase que ocorre depois do risco ter sido confirmado. Informou que a atuação pode iniciar-se por iniciativa própria da “CPCJ” ou em consequência de informações obtidas de terceiros. -----

----- Cristina Contente informou que o projeto teve início em dois mil e doze, assentando, numa primeira fase, no consenso de boas práticas a serem adotadas em todo o território nacional. Informou que as comissões são formadas por representantes de vários setores da sociedade, como sejam da segurança social, das autoridades policiais, dos municípios, de estabelecimentos de ensino e das associações de pais. Disse que a segunda fase do projeto assenta na realização de diagnósticos locais, como sejam as problemáticas relacionadas com deficiente acompanhamento dos pais e violência doméstica. -----

----- Ana Rita Gonçalves fez alusão às recentes atividades desenvolvidas a nível local focando essencialmente a prossecução do objetivo ligado à prevenção das problemáticas. --

----- De seguida Maria do Carmo Jorge passou a usar a palavra tendo explanado com detalhe os vários campos de ação da comissão e a extrema importância social que o trabalho desenvolvido assume perante as crianças e jovens em situação de risco. Salientou a elevada utilidade que a fase de diagnóstico assume e que a chegada de informação à “CPCJ” é fundamental para que os casos sejam avaliados e processados de acordo com as respetivas características. Informou que é comum serem os próprios pais a revelar os problemas ocorridos e as dificuldades existentes nas crianças e jovens e em consequência no agregado familiar. Explicou que, na inexistência de indícios criminais, que são encaminhados para os serviços do Ministério Público, a comissão somente atua com o consentimento dos pais e, caso o ou a jovem tenha idade igual ou superior a doze anos, com a sua própria anuência. -----

----- O presidente do órgão executivo expressou ter ficado ainda mais elucidado com a apresentação efetuada pelos membros da “CPCJ”, emitindo opinião que não só a existência mas também e principalmente o trabalho desenvolvido revelam que, no âmbito onde se encontra integrada, são reveladores da existência de uma sociedade organizada e bastante avançada em relação a tais problemáticas, muito importantes na defesa de valores tão nobres como a defesa e proteção de crianças e jovens, pelo que expressou a enorme relevância da sua existência. Agradeceu a visita que, apesar de julgar que todos os deputados e membros da junta terem conhecimento sobre a existência da comissão, decerto se revelou como sendo ação de enriquecimento e sensibilização para as importantes questões relacionadas com a proteção de crianças e jovens. Finalmente agradeceu a presença e as mensagens transmitidas. -----

----- O presidente da assembleia considerou ter sido bastante positiva a possibilidade de ter ficado a conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela “CPCJ”. Afirmou que não tinha

consciência sobre a amplitude alargada das suas competências. Desejou os melhores sucessos à comissão, que os objetivos do seu trabalho sejam atingidos na maior dimensão possível. Tendo questionado se algum dos deputados tinha alguma questão a colocar aos elementos da “CPCJ” de Arganil e não tendo sido manifestada qualquer intenção de o fazer, todos os elementos da assembleia e da junta de freguesia procederam aos cumprimentos de despedida, tendo os elementos da “*Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil*” correspondido de forma idêntica, pelo que de imediato se ausentaram do espaço e da sede da freguesia. -----

----- Continuando a ser tratado o ponto número um do período antes da ordem do dia da ordem de trabalhos o presidente da mesa da assembleia questionou os seus membros sobre a intenção de usarem a palavra a fim de colocarem à apreciação eventuais assuntos de interesse para a freguesia. Verificaram-se as inscrições dos deputados Carlos Fernandes, Artur Dinis, Bruno Simões, Maria do Céu Paulino, José Marques e Sandra Lopes. -----

----- Carlos Fernandes informou ter verificado que existem eucaliptos plantados na berma da estrada no Maladão e ainda a existência de muros nos taludes da estrada, na mesma zona. Dado que os espaços são públicos afirmou que tudo deve ser feito para que a legalidade e os interesses públicos sejam protegidos. Questionou o órgão executivo sobre a amplitude das suas competências no âmbito de situações como as descritas. -----

----- O deputado Artur Dinis disse ter sido intercetado por freguês oriundo do Vale da Nogueira que lhe transmitiu que as valetas da estrada que dá acesso àquela localidade necessitariam urgentemente de ser limpas. Propôs ao presidente do órgão executivo que deve insistir, em sessão da assembleia municipal, na necessidade de as valetas na estrada da Nogueira serem revestidas com cimento. -----

----- De seguida interveio o deputado Bruno Santos que referiu existir necessidade de realização de uma estrada no cabeço do Maladão, mais precisamente entre a casa do pai do senhor Emídio e o cabeço do Maladão. Disse que a inexistência de acessos no local colocou em risco a adequada defesa de cerca de doze edifícios aquando do incêndio florestal que recentemente ali deflagrou. Informou que não foi possível ter comparecido na última reunião do órgão devido a motivos inadiáveis de cariz profissional. Questionou sobre a existência de desenvolvimentos relativamente a assuntos por si colocados em reuniões anteriores: muro dos Cadavais, vala existente junto à residência do senhor Silvério, passeio na rua Ramiro Castanheira Jorge na vila de Arganil, pavimentação de arruamento no Salão e águas da fonte dos Cadavais. -----

----- Passou a usar a palavra a deputada Maria do Céu Paulino referindo que as sarjetas junto ao prédio da “AMMA” continuam em estado deficiente no que se relaciona com a respetiva proteção e consequentemente com a segurança de quem por ali passa. Informou também que naquele local existem paralelos da calçada que se soltaram. -----

----- De seguida deu-se a intervenção do deputado José Marques que propôs que se equacione a possibilidade da realização de uma ou mais reuniões da assembleia de freguesia em localidades da freguesia sem ser na vila de Arganil, tendo também questionado sobre a publicitação antecipada das reuniões da assembleia de freguesia aos respetivos fregueses. -----

----- Sandra Lopes informou que as grelhas existentes na rua da Congregação das Filhas de S. José continuam sem as necessárias proteções, pelo que insistiu que o órgão executivo providencie no sentido de ali serem colocadas antes que se verifique algum acidente e danos em pessoas ou bens. Informou que no dia onze de julho do corrente ano iria acontecer evento relacionado com o encerramento da época desportiva da Associação Atlética de Arganil, no campo doutor Eduardo Ralha, a partir das dezoito horas, sendo também objetivo da direção, para além do convívio social e desportivo, a angariação de

fundos para a associação, pelo que formulou convite a todos os presentes para estarem ali presentes, informando que está previsto animado arraial acompanhado de existência de venda de deliciosos bens gastronómicos e bebidas. -----

----- Tendo assim terminado as intervenções por parte dos deputados previamente inscritos e não tendo nenhum outro manifestado intenção de usar a palavra, o presidente da assembleia solicitou ao presidente da junta para proceder aos esclarecimentos solicitados. -

----- A palavra foi assim concedida ao presidente da junta de freguesia. Relativamente à existência de muros e árvores em taludes de estradas disse que o executivo desconhecia em concreto o caso, pelo que necessitaria de obter informações sobre as respetivas localizações a fim de efetuar levantamento e análise das situações para poder tomar as decisões adequadas de acordo com a defesa dos espaços públicos em conformidade com a lei. Quanto à limpeza das valetas da estrada do Vale da Nogueira informou ser intenção dos membros do órgão executivo deslocarem-se ao local a fim de efetuarem observação para depois tomarem decisão sobre ações futuras. Informou que abordou o assunto das valetas da estrada da Nogueira ao presidente da câmara e alguns vereadores, tendo-lhe parecido que não foi dada grande importância ao caso, pelo que terá de insistir quantas vezes julgar necessárias. Apesar dos contatos efetuados junto do município sobre o muro dos Cadavais, concluiu que aquela autarquia se demonstrou indisponível para assumir a obra. Declarou ter obtido informação que a água da fonte dos Cadavais não é objeto de análises porque não se insere no percurso estabelecido para recolhas para análise. Relativamente à pavimentação do arruamento do Salão disse que, apesar das dificuldades existentes na utilização de maquinaria devido à rua ter locais extremamente estreitos, irá providenciar para que, pelo menos, ali seja colocado algum material que melhore o trânsito, principalmente pedonal. No que à vala junto da casa do senhor Silvério diz respeito disse ter informação de que tinha sido colocado algum alcatrão no local, esperando que se não resolvido, pelo menos que o problema tivesse ficado minimamente atenuado. A falta de passeio em parte da rua Ramiro Castanheira Jorge constitui assunto que vai colocar à câmara municipal e propor a respetiva resolução. Informou que é sua intenção fazer o levantamento do ponto de situação sobre as grelhas que faltam em sarjetas da vila de Arganil e solicitar aos serviços municipais a sua colocação. Considerou que a proposta do deputado José Marques é legítima e interessante, tendo em tempos que o senhor Ramiro era presidente da junta, havido tentativas na sua execução, mas, no entanto, depararam-se obstáculos logísticos e outros que tornaram tais intenções inexecutáveis. Informou ainda que, sendo as reuniões da assembleia de freguesia convocadas nos termos do regime jurídico das autarquias locais, por edital e com remessa de carta aos respetivos membros, a sua publicitação antecipada aos fregueses poderá efetuar-se através de afixação do edital no “mupi” da autarquia e publicação na página oficial da “internet”. -----

----- Tendo o presidente da assembleia questionado os seus membros se as intervenções do presidente do órgão executivo tinham sido suficientemente esclarecedoras ou se, por outro lado, tinham mais alguma questão a colocar ou dúvida a ver debelada, todos se manifestaram no sentido de que as informações os tinham esclarecido. Foi assim dado por encerrado o ponto número um do período antes da ordem do dia. -----

----- De imediato passou-se ao ponto número um da ordem do dia: apresentação e votação da ata da sessão realizada a trinta de abril de dois mil e quinze. O presidente da assembleia propôs a dispensa da leitura da ata, uma vez que julgava ser do conhecimento de todos os membros da assembleia através do respetivo envio atempado por correio eletrónico, tendo contudo informado os presentes que deviam tecer qualquer comentário à mesma se assim desejassem. Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente o presidente da mesa deu início ao tratamento do ponto número dois da ordem do dia: informação do presidente da junta de freguesia da atividade mais relevante bem como da situação financeira desta junta de freguesia, no período que mediou entre esta e a anterior assembleia ordinária. -----

----- Foi concedida a palavra ao presidente do órgão executivo a fim de este tecer as usuais considerações introdutórias da informação em apreciação. -----

----- O presidente da junta de freguesia procedeu, de forma resumida, à explanação da informação acerca da atividade do executivo, bem como da situação financeira, nos termos da alínea v) do número um do artigo décimo oitavo da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, do conhecimento prévio dos membros da assembleia, através da respetiva distribuição efetuada no início da reunião. -----

----- Tendo a assembleia solicitado esclarecimentos sobre a descrição e despesa constante no item quatro ponto três do documento: “Inês Sofia Luzio (EUA) duzentos e cinquenta euros”, englobada em apoio à cultura, desporto e ação social o presidente da junta de freguesia esclareceu que se tratava de apoio para fazer face aos custos inerentes à deslocação e estada que aquela jovem das fileiras da Associação Filarmónica de Arganil e aluna do Conservatório de Coimbra tem de suportar em deslocação aos Estados Unidos da América do Norte a fim de ser integrada em orquestra constituída por jovens músicos a nível mundial, tendo o órgão executivo deliberado aquele apoio por estar em causa a representação do concelho de Arganil. -----

----- O deputado Artur Dinis manifestou algumas reservas sobre a oportunidade do subsídio já que, segundo sabia, se tratava de participação a nível individual e não em representação de qualquer coletividade ou instituição e que a jovem nem sequer residia na freguesia de Arganil. -----

----- O membro Armando Lopes aconselhou o executivo a analisar cuidadosamente a deliberação tomada e conseqüente comparticipação, já que a legalidade do subsídio lhe suscitava bastantes dúvidas, principalmente por ser atribuído a pessoa singular e não a qualquer pessoa coletiva que fosse pela jovem representada. -----

----- O presidente da junta informou que iria reavaliar o caso, principalmente no que ao cumprimento das disposições legais dizia respeito. -----

----- Tendo o presidente da mesa questionado os membros da assembleia se tinham mais alguma questão a colocar ao presidente do órgão executivo e não tendo, nenhum destes, manifestado tal intenção, foi dado por encerrado o tratamento do ponto número dois da ordem do dia. -----

----- Esgotado o tratamento da ordem de trabalhos, o presidente da mesa da assembleia Carlos Alberto Ventura Fernandes questionou os presentes sobre se alguma coisa tinha ficado esquecida ou por dizer. Verificado o silêncio dos membros da assembleia deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente da assembleia, Carlos Alberto Ventura Fernandes e por mim Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, primeiro secretário da mesa da assembleia de freguesia de Arganil, que a redigi. -----
